

ESCOLA COM DEFICIÊNCIA E A URGENTE NECESSIDADE DA RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL E DISCURSIVA:  
CAMINHOS PARA POTENCIALIZAÇÃO DO ATO DE INCLUIR

---

*DISABLED SCHOOL AND THE URGENT NEED OF SPATIAL RECONFIGURATION AND DISCURSIVE:*

*PATHS TO POTENTIATION OF THE ACT TO INCLUDE*

Ruth Barbosa de Araujo Ribeiro<sup>1</sup>

Ricardo de Figueiredo Lucena<sup>2</sup>

#### Resumo

Nas últimas décadas, as políticas de inclusão promoveram avanços e importantes discussões sobre o direito do aluno com deficiência no espaço da escola regular de ensino. Esses debates surgiram com o intuito de garantir não apenas o processo inclusivo dos alunos com necessidades educacionais especiais nesse âmbito, mas também em lhes oferecer condições pedagógicas que os auxiliassem em seu aprendizado. Mas, até que ponto a equipe pedagógica da escola tem conseguido promover estratégias inclusivas? Como tem se apresentado o espaço da escola regular de ensino para o corpo com deficiência? Esses questionamentos serão abordados nesse artigo e como auxílio para responder essas indagações, nos apoiaremos em DINIZ (2012) a partir do seu conceito sobre o que é deficiência. Além de autores como: LE BRETON (2007), DESCHAMPS e MOLINER (2009) entre outros.

Palavras Chaves: Inclusão; Escola; Deficiência.

#### Abstrat

In recent decades, inclusion policies promoted progress and important discussions on the law of the student with disabilities within the regular educational school. These debates have arisen in order to ensure not only the process inclusive of students with special educational needs in this area, but also to offer them educational conditions that help in your learning. But, to what extent the pedagogical team of the school has been able to promote inclusive strategies? How has performed the regular educational school space for the disabled body? These questions will be addressed in this article and as help to answer these questions, we will be supporting us in DINIZ (2012) from your concept about what is disability. In addition to authors such as: LE BRETON (2007), DESCHAMPS and MOLINER (2009) among others.

---

1 Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [ruthribeiro52@yahoo.com.br](mailto:ruthribeiro52@yahoo.com.br)

2 Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Professor titular da Graduação e Pós-graduação no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: [cacolucena@gmail.com.br](mailto:cacolucena@gmail.com.br)

Keywords: Inclusion. School. Disability.

## Resumen

En las últimas décadas, las políticas de inclusión han impulsado avances e importantes discusiones sobre el derecho del alumno con discapacidad en el espacio regular de enseñanza. Esos debates han surgido con el objetivo de garantizar no solo el proceso inclusivo de los alumnos sino en ofertar les condiciones pedagógicas que puedan auxiliarles en su aprendizaje. Sin embargo, ¿hasta que punto el equipo pedagógico de la escuela ha logrado promocionar estrategias inclusivas? ¿Cómo se ha presentado el espacio de la escuela regular de enseñanza para el cuerpo con discapacidad? Esas cuestiones serán abordadas en este artículo y como auxilio para contestar estas indagaciones, nos apoyaremos en DINIZ (2012) a partir de su concepto sobre lo que es discapacidad. Además de autores como: LE BRETON (2007), DESCHAMPS y MOLINER (2009) entre otros.

**Palabras clave:** Inclusión, Escuela; Discapacidad.

## INTRODUÇÃO

O tema inclusão, na maioria das vezes, surge vinculado de questionamentos e inseguranças, que conduzem a sociedade buscar meios que venham corroborar para que de fato ela aconteça na contemporaneidade. E em especial no contexto da escola regular de ensino. Já que nas últimas décadas as pessoas com deficiência adquiriram direito a inclusão também nesse espaço. Direitos que foram marcados por propostas de mudanças no âmbito educacional, conduzindo a um “novo olhar” para pessoa com deficiência. A exemplo da DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS – oriunda do Pós-Segunda Guerra Mundial. Essa Declaração tinha/tem como objetivo orientar o crescimento da sociedade mundial, enfatizando a igualdade, fraternidade e liberdade para todos os seres humanos. Esse documento é um dos primeiros marcos legais que referenda à diversidade humana, à diferença. E se um dos pressupostos da educação inclusiva é o respeito à diferença, essa certidão em prol da igualdade humana lança a semente para uma discussão mais profunda no tocante ao tema da inclusão, gerando, portanto, outros documentos importantes que ampliarão tal abordagem e que, de maneira direta, fomentaram o atual debate em torno da inclusão da pessoa com deficiência na escola regular de ensino.

Nessa declaração, se encontra os direitos fundamentais para vida, sem os quais o aluno com algum tipo de deficiência não conseguiria participar de maneira plena na sociedade na qual está inserido. Esse documento, portanto, é base de uma conquista universal contra a opressão e a discriminação em todo o planeta. Aspectos que refletem a favor dos menos favorecidos, propondo para que esses sejam construtores de sua própria história, vendo-os inseridos na complexidade do seu existir, que se apresenta de uma forma cultural, histórica e em sociedade.

No entanto, ainda nos dias atuais, percebemos alunos segregados em uma escola, que em sua maioria, não possui agentes educacionais especializados que colaborem junto ao processo inclusivo. Assim como também não possuem espaços escolares que ofertem acessibilidade, para que a pessoa com deficiência se locomova com tranquilidade e de maneira equânime, tornado o espaço/escola que habita um lugar justo.

Dessa maneira, procuraremos nesse artigo analisar como o corpo com deficiência está sendo recebido/incluído no espaço da escola regular de ensino e elucidar o conceito sobre o corpo com deficiência, vigente na medicina e na sociedade escolar. Na tentativa de lançar um olhar que não seja mais aquele preconceituoso que, muitas vezes, já foi posto e imposto sobre esse corpo, o oprimindo, o excluindo socialmente e, que de alguma forma, o âmbito escolar parece-nos fazer questão de replicá-lo em uma escala quase que sem fim. Assim, acreditamos que uma das formas de alterar essa perspectiva em torno desse corpo com deficiência é compreender que sem a Declaração Universal dos Direitos Humanos e tudo o que se derivou dela, o debate sobre a inclusão das pessoas com deficiência, tanto na escola como na sociedade de um modo geral, seria esvaziado, tornando ainda mais aguda a marginalização desse corpo.

Entendemos que incapacidade, limitações, restrições, em algum tempo de nossa vida, todos iremos apresentar, pois tais situações fazem parte da condição humana. Os que chegarem ao envelhecimento, possivelmente serão atraídos por algum tipo de limitação apresentada pelo corpo. Nesse sentido, não podemos perceber a deficiência como algo distante da nossa realidade e muito menos da realidade da escola. Já que todos os dias nascem crianças com algum tipo de limitação, seja ela mental, física, surdez, cegueira, transtornos globais do desenvolvimento, entre outras. Dessa forma, possivelmente, essas crianças também necessitarão de algum tipo de atenção especial. Tanto no âmbito familiar como na instituição de ensino a qual chegará a frequentar.

E partindo do pressuposto dessas crianças, a escola regular deverá criar estratégias que venham favorecer a inclusão desse aluno no contexto educacional. Para tanto, é preciso que a mesma desmitifique o entendimento sobre deficiência, promovendo táticas de acessibilidade e de melhor locomoção desse corpo no espaço da escola regular de ensino. Sobre a primeira é viável entender, que de acordo com a definição do modelo social proposto por Diniz (2012, p.08) deficiência se relaciona com “diferentes modos de vida”. E sobre a segunda, perceber que a deficiência não é impedimento para que esse sujeito se insira no contexto social, estando esse, preparado para recebê-lo. Como diz Le Breton (2007, p.73): “Nossas sociedades ocidentais fazem da deficiência um estigma, que dizer um motivo sutil de avaliação negativa da pessoa.”

## **ONDE ESTÁ A NASCENTE? ALUNO COM DEFICIÊNCIA? OU ESCOLA DEFICIENTE?**

Nos últimos tempos estudos sobre a definição do que é deficiência tem se intensificado. Discursos entre o pensamento da medicina e o social se misturam no contexto da falácia da população. Hoje não basta apenas a concepção da medicina sobre o que seria deficiência. A alocação social também traz um olhar diferenciado, no qual as pessoas são percebidas como deficientes pela má organização social e não apenas pelo seu corpo. Com limitação sim, mas, sobretudo, com suas inúmeras e infinitas habilidades.

Pois, não basta só a tentativa de incluir, mas é preciso acolher. Acolher de maneira que forneça o sentimento de pertença do aluno na escola regular de ensino, considerando o ritmo de aprendizagem e capacidade que cada um tem, apoiando e incentivando habilidades que esses trazem para o espaço da sala regular. Dessa maneira, será construído caminhos que se apresentarão como uma sinfonia ao processo de aprendizagem, acreditando que as especificidades de cada sujeito, servirão de bússola para ampliar o processo de conhecimento entre os “diferentes”, conduzindo-o a autonomia. Como nos diz Mittler (2003):

... A inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos os estudantes possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e torna-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo desse modo, valorizados... (Mittler, 2003, p 236).

Dessa maneira, incluir se traduz no respeito pela diferença e de diferentes aprendizagens. Assim como o entendimento que essa se dará mediante a cooperação da escola como um todo. Pensando o aluno como único, revendo as práticas do cotidiano, afim de que todos possam desenvolver ao máximo suas potencialidades. Promovendo dessa maneira, uma educação de qualidade. Uma educação, que venha auxiliar o desenvolvimento do aluno que frequenta a escola o percebendo em suas diferenças, em suas limitações, mas acima de tudo com suas múltiplas competências.

Diante desse contexto, Diniz (2012) afirma, por exemplo, que ser cego é apenas uma das muitas formas corporais de estar no mundo. E como qualquer outro cidadão, esse também precisa de condições favoráveis para viver a vida. Até porque, ser deficiente visual, não significa se isolar socialmente. Já que biologicamente o corpo do cego, não o impede de estar inserido no âmbito social. Na verdade, o que falta é a população sensibilizar-se a essa questão e promover condições favoráveis para que o sujeito com deficiência conviva, de modo comum a todos. Diniz (2012) ainda afirma que: “Ao contrário do que se imagina, não há como descrever um corpo com deficiência como anormal. A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre o estilo de vida” (Diniz, 2012, p.08).

Desse modo, a escola fazendo parte do contexto social, também se distancia do entendimento sobre o que é deficiência, baseando-se apenas em diagnósticos-médicos quando define que “deficiência é uma consequência natural da lesão em um corpo, e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados biomédicos” (Diniz, 2012, p.15). Fato que induz algumas pessoas, até mesmo do contexto escolar, construírem estereótipos simplificados para as pessoas com deficiência, acreditando que ter uma deficiência é viver de forma isolada e distante do convívio social. Atribuindo a essas pessoas expressões pejorativas dotadas de preconceitos como: aleijado, coxo, retardado entre outros.

De fato, os traços estereotípicos que os membros de um grupo atribuem aos de outro predispõe os primeiros a fazer julgamentos negativos sobre os segundos. Em outros termos os estereótipos constituem o substrato cognitivo dos preconceitos. Eles estão à base do que se pode chamar de discriminação avaliativa [...] (Deschamps e Moliner, 2009, p.35).

Diante dessa concepção, percebe-se assim “uma opressão exercida sobre o corpo deficiente” (Diniz, 2012, p.19) quando a escola, junto aos poderes públicos, não propõe condições necessárias de inclusão aos alunos com necessidades educacionais especiais. Na verdade, é preciso que a escola entenda que incluir vai além de ter uma sala de aula que acomode esses alunos. Incluir é valorizar a diversidade que compõe a escola e proporcionar condições adequadas de acessibilidade, garantindo o acesso, a permanência e participação de todos no contexto escolar. Expurgando, peremptoriamente, do ambiente da escola todo e qualquer tipo de fabricação estereotipada em torno do corpo com deficiência, para, dessa maneira, varrer todos os preconceitos que ainda existem no tocante a esse tema.

Para tanto, é importante termos de modo claro o que Diniz (2012) nos traz sobre a diferença entre o que seria lesão e deficiência, a qual a escola também precisa entender. Desse modo:

Lesão: ausência parcial ou total de um membro, ou membros, organismo ou mecanismo corporal defeituoso; deficiência: desvantagem ou restrição de atividade provocada pela organização social contemporânea, que pouco ou nada considera aquela que possui lesões físicas e o exclui das principais atividades da vida social (Diniz, 2012, p.18).

Nesse sentido, a escola precisa libertar-se de conceitos discriminatórios, compreendendo que de cuidados especiais todos precisam, com ou “sem deficiência”. Essa real situação nos leva a questionar: onde está a nascente dessa deficiência? Diante disso, fica claro que não podemos negar a deficiência do indivíduo. Mas, também temos que perceber, nesse contexto relacional, que a presença de uma escola lesionada é quem desenha a deficiência – na maioria das vezes - a lesão também está em um espaço não acessível ou na má formação que alguns professores recebem, sendo essa inicial ou continuada.

Assim, imaginemos alguém viver com o corpo limitado, em um espaço escolar deficiente? Qual seria o real lugar dessa pessoa com deficiência numa escola lesionada? A sala do Atendimento Educacional Especializado? Não necessariamente. Esse espaço deve ser intercambiado com o espaço da sala regular de ensino. Todavia, a escola é formada para um padrão, ou seja, para pessoas que “não têm deficiência”. Essa discute currículo, práticas e poucas adaptações de acessibilidade para o aluno com necessidades educacionais especiais. Somada esta situação, ainda temos as famílias que, em muitos casos, não ofertam disponibilidade para conduzir o educando, em horário oposto para as chamadas Salas de Recursos Multifuncionais.

Isso “não significa ignorar que um corpo com lesão medular necessite de recursos médicos ou reabilitação” (Diniz, 2012, p.09). Mas, entender que deficiência é aquilo que a sociedade diz que é. Ou como nos diz Le Breton (2007, p.26) “as representações dos corpos são representações das pessoas”.

A escola torna-se deficiente através do olhar preconceituoso que tem sobre o aluno com necessidades educacionais especiais. Torna-se ainda deficiente quando não promove um espaço adequado para a vivência e convivência com a diferença. Fato que não conduz com o seu discurso que, na maioria das vezes, apresenta-se como inclusivo. Pois, mesmo que por momentos, afirme que o aluno com deficiência será capaz de conviver socialmente no âmbito da escola, em outros, esse mesmo aluno passa a ser objeto de marginalização e opressão, quando atrai olhares discriminatórios para a fragilidade do seu corpo. E ainda a escola torna-se deficiente quando não percebe esse aluno com identidade e cognição própria, que em nada tem a ver com a deficiência do corpo. Le Breton nos diz que:

[...] A aparência intolerável coloca em dúvida um momento peculiar de identidade chamando a atenção para a fragilidade da condição humana, a precariedade inerente à vida. O homem portador de deficiência lembra, unicamente pelo o poder da presença, o imaginário do corpo desmantelado que assombra muitos pesadelos [...] (Le Breton, 2007, p.75).

A escola fala do aluno com necessidades educacionais especiais como se em sua essência ele fosse apenas um ser deficiente, ao invés de ter uma deficiência, tornando seu corpo “intolerável”, como nos apresenta Le Breton, negando a esse mesmo corpo as singularidades a ele inerente.

E quando isso acontece, a inclusão passa longe dos muros escolares, ofuscando essa que deveria ser a essência primeira do ambiente educacional. Na verdade, “a deficiência quando

é visível, é um poderoso atrativo de olhares e de comentários, um operador de discursos e emoções (Le Breton, 2007, p.75) ” visto que a imagética desse corpo em desmantelo age em olhares preconceituosos como um espectro sempre pronto para assombrar, o que na verdade é um erro. E, muito disso, em parte, se deve a falta de compreensão sobre o que é ter uma deficiência, considerando o aluno como doente, como um peso, um problema inserido no contexto da escola.

Apesar dos direitos adquiridos pelas pessoas com deficiência, no que se refere ao convívio na escola regular de ensino. Esse espaço ainda se encontra como local segregado, na medida em que não proporciona condições de acessibilidade, para que o aluno como necessidades educacionais especiais o frequente sem que se sinta excluído. A verdade é que a escola também se torna deficiente quando não promove um espaço de acolhimento, dessa forma, essa arquitetura funciona como uma imposição metafórica de um poder simbólico, que impõe sua força sobre esse corpo com limitações, impedindo não só sua mobilidade, mas também lançando barreiras para que haja isonomia ao acesso da aprendizagem. Nesse sentido, parafraseando Diniz (2012) a deficiência não pode ser entendida como um drama pessoal ou um problema individual e sim, como uma questão antes e acima de tudo, social.

A escola precisa deixar de lado sua função opressora, permitindo que no seu interior aconteça diálogo de aceitação a diversidade. No entanto, esse diálogo, necessita se transformar em práxis na medida em que as ações dos educadores e equipe pedagógica mudem. Pois é necessário que todos que fazem a educação compreendam que a deficiência não é só orgânica. Mas também social. Até porque alguém com deficiência pode ser “uma pessoa tão potencialmente produtiva como o não deficiente, sendo apenas necessária a retirada das barreiras para o desenvolvimento de suas capacidades” (Diniz, 2012, pp. 58-59).

Não estamos aqui negando a definição biomédica sobre deficiência. Mas, apresentando a urgente necessidade de mudança desse conceito no contexto escolar. Pois, a falta de conhecimento sobre deficiência, sendo essa muitas vezes considerada apenas como uma doença crônica, faz da escola um espaço de exclusão, portanto, também lesionada e conseqüentemente deficiente.

É preciso que a equipe dessa escola compreenda que a deficiência pode se caracterizar tanto pelas condições patológicas de saúde do indivíduo, como pelas condições externas de acessibilidade em seu sentido mais amplo. Como diz Gonzáles (2002, p.92) “ As crianças não são iguais e não deveriam ser tratadas como se fossem. Uma vez que as crianças são diferentes umas das outras, devem ser tratadas de forma diferente para alcançarem às mesmas metas”. Fato que requer conhecimentos sobre a diferença/diversidade que existe na escola, percebendo a prática da inclusão como sinônimo de aceitação dessa diferença e condutora da normalidade. Isso, será visível na ação diária de professores e equipe pedagógica, proporcionando um espaço adequado e promovendo atividades significativas,

ampliando possibilidades de conhecimento através de diferentes propostas didáticas que respondam a uma sociedade de mudanças. Ações que poderemos classificar como processo para inclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos direitos conquistados para pessoa com deficiência em dimensão pedagógicas e legais, a escola/educação no Brasil não foi planejada/pensada para o aluno com deficiência. Mas para o aluno com “corpo perfeito”. Fato ainda percebido na estrutura organizacional de um bom número de escolas brasileiras. Assim como também nas insuficientes ações pedagógicas, que pouco têm contribuído para inclusão dos alunos com deficiência no âmbito da escola regular de ensino.

A pessoa com deficiência nesse espaço, na maioria das vezes, ainda é percebida, por alguns profissionais da educação, como o incapaz, o coitado, o doente que precisa de constantes cuidados. Cuidados não para beneficiar seu desenvolvimento cognitivo ou seu o corpo com limitações, mas para favorecer sua quietude, sua disciplina corporal em um lugar que não foi pensado e nem planejado para ele. Dessa maneira, tornar a escola, nos dias atuais, inclusiva demanda muito mais do que assegurar a matrícula da pessoa com deficiência na escola regular de ensino. Pressupõe o entendimento sobre o que é deficiência, pressupõe um espaço acessível a esses corpos e uma pedagogia centrada na diferença, para potencializar as singularidades.

No entanto, também compreendemos que essas mudanças só terão eficácia com a colaboração do poder público junto aos profissionais da educação, contribuindo na construção física da escola e na formação de professores especialista que colaborem no processo inclusivo. Processo? Sim, é o como se deve compreender a educação para pessoa com necessidades educacionais especiais. Um processo que necessita ser avaliado, questionado, refeito sempre em busca de meios mais condizentes, mais equânimes, percebendo que limitações, de uma maneira ou de outra, todos nós temos e teremos. Nossas diferenças é que direcionarão a cuidados e atenções mais específicas, respeitando a singularidade de cada indivíduo.

Não é fácil para um corpo com limitações estar em um espaço lesionado, como a escola que ainda temos, que deixa esse corpo com entraves agudos para compor um lugar no qual as “arestas” da exclusão ainda não foram cortadas. Por isso, a urgência de repensar/reformular o papel dessa escola nesse contexto inclusivo urge para todos. A mudança é necessária, tanto em seu espaço físico, assim como em suas termologias permeadas de rótulos. Caso contrário, deficiente será a escola.

## REFERÊNCIA

Diniz, D. (2012). O que é deficiência. São Paulo. Editora Brasiliense.

Le Breton, D. (2007). A sociologia do corpo. Petrópolis. Editora Vozes.

Deschamps, P. M. (2009). A identidade em Psicologia Social. Petrópolis RJ. Vozes. Brasil. (2018). Ministério da Educação. Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica. Brasília. MEC.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e Proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <[http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em 17 de 2019.

Gonsales, J. A. (2002). Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre, ARTMED.

MITTLER, P. (2003). Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre. ARTMED.